

4

Fernando Horta Tavares
[Org.]

Novas fronteiras do estudo do

DIREITO
PRIVADO

D'PLÁCIDO
EDITORA

Novas fronteiras do estudo do Direito Privado

Volume 4

Fernando Horta Tavares
[Org.]



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Os Autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza

Diagramação
Letícia Robini de Souza

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

TAVARES, Fernando Horta. [Org.]
Novas fronteiras do estudo do Direito Privado – vol.4 – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-8425-283-1

1. Direito Privado. 2. Direito Civil. 3. Direito. I. Título. II. Artigos

CDU342

CDD342

Agradecimento

Registramos nosso **agradecimento** à *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais* pelo apoio às pesquisas aqui realizadas e por acreditar no “conhecimento que transforma” – slogan e prática universitária. A PUC Minas mantém programas de pesquisa de forma institucionalizada, e com isso dá efetivo cumprimento à sua missão de promover o desenvolvimento humano e social de alunos, professores e funcionários, contribuindo para a formação ética, solidária e de profissionais competentes humana e cientificamente, mediante a produção e disseminação do conhecimento pois, como dizia Karl Popper, “só através do saber podemos libertar-nos espiritualmente da escravidão exercida pelas falsas idéias, pelos preconceitos e pelos ídolos.”

Sumário

Apresentação **11**

Capítulo 1 **13**

A empresa individual de responsabilidade limitada:
abordagem comparada e contradições

Henrique Avelino Lana

Poliana Lino Rodrigues

Laura Pereira Brito Machado

Débora Vieira dos Santos

Capítulo 2 **47**

A ideia de Direito em Kelsen: uma análise em torno
da observância obrigatória da norma e de uma
interpretação sistemática

Emmanuel Fernandes Versiani

Cristian Kiefer da Silva

Capítulo 3 **67**

A influência da generalidade da norma na
previsibilidade da aplicação do Direito

André Almeida Nelvam

Bruno Eduardo Silva Ferreira

Davi Luiz Costa

Jéssica de Paula Santana

Capítulo 4

95

A inversão do ônus da prova e seus requisitos
legais no âmbito da Lei nº. 8.078/90

Gabriella Veo Lopes da Silva

Mateus Bicalho de Melo Chavinho

Capítulo 5

119

A necessidade de comprovação do estado de pobreza
para concessão da gratuidade da justiça

Alegnayra Campos Ranieri de Albuquerque

Camila Madureira Victral

Capítulo 6

133

A Reprodução Medicamente Assistida e as implicações
jurídicas e médicas da legiferância do Conselho Federal
de Medicina do Brasil

Fernanda Araújo Gomes Martins

Rafael Victor Miranda de Carvalho

Zamira de Assis

Capítulo 7

151

A terceirização trabalhista sob a ótica progressista:
o envelhecimento da Súmula 331 do
Tribunal Superior do Trabalho

Isabella Fonseca Alves

Diana Uchoa Torres Lima

Capítulo 8

165

Bauman e a barriga de aluguel: a modernidade líquida e suas
implicações jurídicas ante a questão da reprodução assistida

Carolina Diamantino Esser

Najara Cristiane dos Santos

Wanderson Fabrício Portugal

Capítulo 9

181

O dever de cooperação e a competência ambiental:
implicações da Lei Complementar n.º. 140/ 2011

Ana Luisa de Oliveira Ribeiro

Lorena Luisa Torres Ferreira

Máisa Leite

Elder Gomes Dutra

Marco Antonio de Santana

Fernando Horta Tavares

Capítulo 10

201

O “princípio da afetividade” e a constitucionalidade da
obrigatoriedade de afeto nas relações familiares

Alfredo Vieira Alves Costa

Fernando Horta Tavares

Geisiane Andreia Fonseca

Rubens José dos Santos

Capítulo 11

223

Os princípios da justiça na teoria da justiça como equidade de Rawls

Guilherme Ferreira Silva

Luiza Midory de Alcântara

Washington Luiz F. Dias Lopes

Vitor Amaral Medrado

Capítulo 12

239

Ponderações que ainda permanecem quanto a inconstitucionalidade
da Lei Federal n.º 11.277 de 7 de fevereiro de 2006

Henrique Avelino Lana

Fernando Horta Tavares

Capítulo 13

263

Responsabilidade civil das redes sociais à luz da jurisprudência do STJ

Rafael Victor Miranda de Carvalho

Karen Gomes Carmozine

Mário Diógenes Garrido Eva

Apresentação

A presente obra que se oferta à crítica – o Volume 4 das “*Novas Fronteiras do Estudo do Direito Privado*”, – é fruto das pesquisas realizadas pelos alunos da Graduação da Faculdade Mineira de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob o competente esforço de orientação de Professores da Instituição, de Doutorandos e Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), no decorrer dos anos 2013 e 2014.

O Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas ostenta nota 6 (seis) na Capes – órgão responsável pela fiscalização da regularidade e qualidade dos cursos de pós-graduação no Brasil e de fomento da pesquisa – a maior nota dentre somente mais outros Programas de Pós Graduação no País, um dado importante a confirmar a elevada qualidade desta obra, a seriedade dos pesquisadores que assinam os diversos trabalhos, o que atesta e certifica o grau de cientificidade deste livro, como sói acontecer nas Academias de ponta e de excelência.

Todo este trabalho foi consolidado por intermédio do Instituto de Investigação Científica Constituição e Processo, criado há oito anos como um Grupo de Pesquisas, presidido pelo organizador da obra e com registro no CNPQ (do Ministério da Ciência e Tecnologia), seguramente o mais numeroso Grupo investigativo certificado pela Instituição de Ensino a que todos nós temos o orgulho e a alegria de pertencer.

O livro, como vê, segue na linha de pesquisa adotada pela PUC Minas, a do Direito Democrático, e revela candentes pesquisas e pioneiras argumentações em novas fronteiras do Direito, como a Bioética, o Biodireito, a Teoria do Direito, o Direito de Proteção aos Animais, o Direito Ambiental e novos olhares sobre o Direito Civil e o Direito do Trabalho.

Todo este trabalho de investigação que ora vem a lume somente foi possível pela dedicação dos alunos e alunas que integram a diretoria do Grupo de Pesquisas e do Instituto, em especial o nosso Diretor-Secretario e hoje Advogado Rafael Victor Miranda de Carvalho, em nome de quem quem cumprimento as valentes condutoras e os valentes condutores da investigação científica em nossa PUC Minas, a todos e a cada um especialmente agradeço o empenho e carinho para com todos os pesquisadores. Um agradecimento particularíssimo àqueles que contribuíram para a revisão dos textos e pelo esforço de publicação.

Fernando Horta Tavares

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e da Faculdade Mineira de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora – Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (POR) – Presidente do Instituto de Investigação Científica Constituição e Processo – Advogado

A presente obra que se oferta à crítica – o Volume 4 das “Novas Fronteiras do Estudo do Direito Privado, – é fruto das pesquisas realizadas pelos alunos da Graduação da Faculdade Mineira de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob o competente esforço de orientação de Professores da Instituição, de Doutorandos e Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), no decorrer dos anos 2013 e 2014.

O Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas ostenta nota 6 (seis) na Capes – órgão responsável pela fiscalização da regularidade e qualidade dos cursos de pós-graduação no Brasil e de fomento da pesquisa - a maior nota dentre somente mais outros Programas de Pós Graduação no País, um dado importante a confirmar a elevada qualidade desta obra, a seriedade dos pesquisadores que assinam os diversos trabalhos, o que atesta e certifica o grau de cientificidade deste livro, como sói acontecer nas Academias de ponta e de excelência.

Todo este trabalho foi consolidado por intermédio do Instituto de Investigação Científica Constituição e Processo, criado há oito anos como um Grupo de Pesquisas, presidido pelo organizador da obra e com registro no CNPQ (do Ministério da Ciência e Tecnologia), seguramente o mais numeroso Grupo investigativo certificado pela Instituição de Ensino a que todos nós temos o orgulho e a alegria de pertencer.

